

Filozofski fakultet Sveučilišta u Zagrebu

Odsjek za romanistiku

Katedra za portugalski jezik i književnost

Angola e a luta pela emancipação nacional

Angola i borba za nacionalnu emancipaciju

Diplomski rad

Mentor: mr. sc. Želimir Brala

Student: Tea Jahić

Zagreb, lipanj 2014

Índice

1. Introdução	5
2. Angola	6
2.1. Território angolano	6
2.2. Povos africanos de Angola.....	7
3. Raízes da luta armada	8
3.1. Expansão portuguesa em Angola	8
3.2. Colonialismo e imperialismo colonial.....	11
3.3. Posição dos indígenas: trabalho forçado.....	14
3.4. Estruturas de poder em Angola.....	14
4. Situação nas colónias portuguesas após a Segunda Guerra Mundial	15
5. A guerra colonial e o fim do império português	16
5.1. Despertar do movimento anticolonial	16
5.2. Fundação dos movimentos independentistas.....	18
5.2.1. Movimento Popular para Libertação de Angola	18
5.2.2. União Nacional para a Independência Total de Angola.....	19
5.2.3. Frente Nacional de Libertação de Angola.....	19
5.3. Movimentos de libertação e início da luta armada.....	19
5.3.1. Impacte da guerra no sistema político e social português	26
5.3.2. Anos de Marcello Caetano: 1968-1974	28
5.3.2.1. Dinâmica da guerra: o problema do recrutamento e da africanização.....	29
5.3.2.2. Aldeamentos estratégicos.....	30
5.3.2.3. Mudança económica.....	30
6. Transição para a democracia e a descolonização	30
6.1. Revolução dos Cravos em Portugal e consequências em Angola.....	31
6.1.1. Acordos do Alvor de janeiro de 1975.....	32
6.1.2. Proclamação da independência.....	33
7. Conclusão	35
8. Bibliografia e sitografia	36

1. Introdução

A guerra colonial marcou a sociedade portuguesa dos anos 60 e 70 do século XX e está na origem da forma peculiar do derrube do Estado Novo e da institucionalização da democracia.

O trabalho, intitulado „Angola e a luta pela emancipação nacional”, pretende sintetizar e discutir o período do fim do império português, salientando sobretudo as atitudes da comunidade internacional perante a guerra colonial em Angola, a resistência tenaz do salazarismo à descolonização, a indissociabilidade da descolonização e da transição à democracia, e as consequências deste processo, quer para a consolidação democrática em Portugal quer para os novos países independentes de expressão portuguesa.

O trabalho tem a ambição de mostrar o que condicionou o desenrolar, por vezes trágico, dos acontecimentos entre os anos 1961 e 1975 e admite os erros de que foi feita a história do colonizador sem, porém, esquecer a perspetiva das realidades políticas que existiam na época.

Convém expor com clareza que o tema da descolonização de Angola será tratado de uma perspetiva universal que encerra um conjunto de questões de base que ressurgem na forma de especificidade histórico-cultural, de acordo com o entrelaçamento das características particulares de Portugal em Angola e a diversidade dos povos angolanos.

Nesse trabalho, levam-se em conta os padrões de exercício do poder político e a teia de valores que justificam e esclarecem os atos de uns e outros.

2. Angola

Como já foi referido, esse trabalho tem a ambição de identificar os principais atores da guerra colonial em Angola (movimentos de libertação, potências regionais e internacionais).

Da mesma forma, ele aspira problematizar e compreender a internacionalização dos conflitos angolanos, caracterizar e descrever com exatidão as diferentes teses explicativas da situação política, económica e social em África.

A história angolana é apresentada de forma simples, com a descrição do meio ambiente, a seguir descrevendo as civilizações de Angola, o tráfico de escravos que influenciou o caminho histórico dela, a conquista europeia e a sua luta pela independência até o ano 1974. A tarefa foi muito facilitada pela disponibilidade e, presumo, credibilidade dos livros consultados. Queria descrever o tempo que precedeu à independência angolana, perceber o que se passou e, tanto quanto possível, esclarecer as motivações dos vários atores da época que influenciaram a sua história, em função do seu contexto, dos seus valores e dos seus objetivos.

2.1. Território angolano

O território da República de Angola é situado na costa ocidental da África Austral, a sul do equador, sendo limitado a norte pela República do Congo, a oriente pela República Democrática do Congo e pela Zâmbia, a sul pela Namíbia e a ocidente pelo oceano Atlântico. Abrange, ainda, o enclave de Cabinda, situado a norte, entre o Congo e a República Democrática do Congo.

Como explica Wheeler¹ (2011: 30) na primeira parte do livro „História de Angola”, o clima tropical de Angola tem uma influência crucial na história do território. Existem duas estações principais: a estação das chuvas que começa no início de outubro e se prolonga até fim de abril ou início de maio, e uma estação seca, a que os angolanos chamam „cacimbo”, que dura de maio a setembro.

Consequentemente, é óbvio que em Angola, como noutros sítios, as estações influenciaram o curso da guerra e da paz. Por exemplo, a estação do cacimbo foi, tradicionalmente, a altura em que os europeus empreenderam as ações militares e as expedições para o interior, segundo o autor referido.

¹Wheeler, Douglas; Pélissier, René. *História de Angola*. Lisboa: Tinta-da-china, 2011, p. 30.

Por outro lado, as campanhas militares africanas, foram muitas vezes realizadas na estação das chuvas, a época mais inconveniente e desfavorável para os europeus. Wheeler² (2011: 31) dá-nos o exemplo do ano 1961 quando os rebeldes africanos atacaram durante a estação das chuvas. Este facto desempenhou um papel importante na história do país porque este acontecimento estava completamente inesperado pelos Portugueses.

2.2. Povos africanos de Angola

Como já sabemos, Angola é uma sociedade plural, composta por vários grupos etnolinguísticos. Para compreendermos melhor os problemas e conflitos que nasceram em Angola durante a guerra colonial, é preciso apresentar os principais grupos etnolinguísticos entre os povos angolanos: os bacongo, os quimbundo, os ovimbundo, os nganguela e outros.

Os bacongo, que falam o quicongo, são o povo que se encontra mais a norte, no enclave de Cabinda e nas regiões do noroeste de Angola. Tal como os seus vizinhos imediatamente a sul, os povos de língua quimbundo, os bacongo mantiveram contactos relativamente próximos com os europeus desde finais do século XV.

Os povos quimbundo, de língua quimbundo, estão localizados sobretudo na área de Luanda e no baixo vale do rio Cuanza. Tal como os bacongo, os quimbundo estiveram em contacto estreito com os portugueses e as suas influências durante cinco séculos e assimilaram, em graus diversos, os costumes europeus segundo vários historiadores (Wheeler, 2011; Hernandez, 2008). Por exemplo, muitos começaram a viver dentro ou nas proximidades das áreas urbanas. Entre os povos de língua quimbundo do norte de Angola figuram os dembo que ficaram conhecidos por serem dos mais tenazes resistentes às autoridades europeias em Angola.

Vários historiadores defendem que essa tendência para a resistência foi reforçada e enquadrada pelo relevo e isolamento geográfico do território dos dembo.

Os ovimbundo, ou „o povo do nevoeiro“, residiam nos planaltos centrais de Angola e constituíam o grupo cultural mais numeroso dessa sociedade plural.

² *Ibidem*, p. 31

3. Raízes da luta armada

3.1. *Expansão portuguesa em Angola*

„Os homens brancos vieram mais uma vez. Trouxeram-nos milho e mandioca, facas e enxadas, amendoins e tabaco. Desde então e até hoje os brancos não nos trouxeram nada a não ser guerra e miséria.“³

Em termos económicos e comerciais, um sucesso imenso dos comerciantes portugueses deve se originalmente aos laços políticos e religiosos, porque desde 1541 que este continente se tornou na prioridade do esforço missionário português.

No século XVII, Angola foi a colónia portuguesa mais rentável, depois do Brasil, e devido ao tráfico negreiro, cada vez mais valorizado. A economia de plantação que se desenvolve na América especializa a África Ocidental na exportação de escravos provenientes da África. À medida que avançava a colonização, os cavalos, o trigo, os tecidos provenientes da Europa e da África do Norte eram trocados por ouro, marfim e escravos.

No fim do século XVII, a descoberta de ouro no Brasil exige mais escravos e é assim que Angola passou a ser „mãe negra“ do Brasil porque foi o principal fornecedor de escravos naquela época.

Segundo o historiador norte-americano Philip D. Curtin, é daí que provém, entre 1701 e 1810, 68% dos escravos do comércio português.

Considerada a primeira atividade economicamente organizada, o ciclo da cana-de-açúcar surgiu na fase colonial do Brasil entre os séculos XVI e XVII e o Brasil passou a ser o maior produtor de açúcar da época. A mão de obra utilizada nos engenhos era composta sempre por escravos africanos e índios.

No século XIX as potências de Portugal na África, são, na primeira metade do século, limitadas pelas pressões da Grã-Bretanha para acabar com o comércio de escravos e depois de 1850, pela expansão colonial europeia. O desenvolvimento da cultura cafeeira no Sudeste do Brasil a partir de 1830 aumentou novamente a procura de mão de obra barata e, portanto, estimulou o tráfico apesar da proibição dos britânicos. A estas inibições externas, juntam-se uma situação política interna conturbada e meios limitados para levar a bom termo uma política colonial de tipo moderno, segundo os portugueses.

³Birmingham, David. *Trade and Conflict in Angola*. Oxford: Clarendon Press, 1966, p.27 *apud* Wheeler (2011:68).

Em 1850, mesmo que o tráfico tivesse acabado por ser percebido como um ato de pirataria por parte dos brasileiros e britânicos, a mesma prática continuaria e sobreviveria nas colónias portuguesas sob outras formas próximas de escravatura, como, por exemplo, trabalho forçado. A ideia de uma política colonial ativa está de novo na ordem do dia em meados dos anos 70.

Para Portugal, como para as outras potências europeias, a colonização supõe a conquista, o desenvolvimento de uma economia de exportação e a submissão da mão de obra indígena para o trabalho e para o imposto. René Pélissier⁴ afirma que os portugueses queriam criar uma colonização efetiva para fazer valer os seus direitos junto das potências europeias rivais como França, Bélgica e Grã-Bretanha. O mesmo historiador acrescenta que os dirigentes portugueses tentaram alcançar o renascimento nacional e que procuraram conduzir a nação à prosperidade por meio de três forças: o colonialismo, o autoritarismo e o nacionalismo.

À vista disso, ao avaliarmos o significado da expansão portuguesa ao atingir o litoral da África nos séculos XV e XVI, percebemos que o exemplo português mostrou ao continente europeu que o valor da África, naquele momento, não estava somente ligado ao ouro ou ao comércio de especiarias, ou, ainda, à possibilidade de expansão do cristianismo. Esse continente que fica perto da Europa tinha outras potencialidades: era capaz de fornecer escravos para as exploração das Américas. O exemplo de Portugal, enquanto poder marítimo, mostrou que do contacto com o povo africano poderiam ser retirados muitos benefícios.

Como sublinha Teixeira no seu artigo „A África pré-colonial“,⁵ no caso do Brasil, país com um contexto de abundância de terras e escassez de mão de obra, pode-se considerar que o escravo era preferível a um assalariado porque este último poderia tornar-se facilmente proprietário. Para o escravo, era impossível abandonar o trabalho da *plantation*. Por outro lado, o tráfico envolveu comunidades inteiras na África. Os europeus, aproveitando-se das guerras entre os diferentes grupos étnicos, nas quais os que perderam nas batalhas eram aprisionados e vendidos, providenciavam o embarque para a América mediante o pagamento do imposto de saída.

Por outras palavras, tecidos, pólvora e armas eram trocados por escravos.

⁴Pélissier, René. *História de Angola*. Lisboa: Tinta-da-china, 2011, p. 44

⁵Teixeira, Luiz Dario Ribeiro. “A África pré-colonial”. *Breve história da África*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007, p. 57-66.

Assim sendo, o continente africano acabou por ser um dos pilares fundamentais da economia mercantilista da Era Moderna. Todas essas mudanças no campo do trabalho fizeram com que os novos estados litorais, como Benin, N'Gola, entre outros, se desenvolveram porque eram voltados à exportação de mão-de-obra para as Américas. Mesmo assim, a Inglaterra começou a lutar contra o tráfico de escravos e tudo isso resultou de novos tipos de relações que se instalaram: missões religiosas e casas comerciais e, como consequência, uma profunda reorganização de rotas e objetivos correspondeu a esse novo tipo de organização económica.

Consequentemente, começou a corrida entre Inglaterra, França, Bélgica e Portugal por esferas de influência no território africano. Essa situação proporcionou as condições para a convocação da Conferência Internacional em Berlim, de novembro de 1884 a fevereiro de 1885. Era necessário estabelecer as regras para a liberdade do comércio no continente africano mas infelizmente, após a conferência, iniciaram-se as guerras de conquista e a dependização económica do continente às economias industriais das potências europeias.

Este imenso processo de expropriação da economia, dos povos, da cultura e das condições de vida originou rebeliões e resistências, principalmente nas sociedades sem organização estatal. A superidade portuguesa em armas e meios de deslocação proporcionada pela nova tecnologia foi a garantia da vitória na repressão das resistências nas guerras.

Segundo Teixeira⁶ e vários outros autores, a justificativa que legitimava todos os processos descritos era fornecida por um conjunto de ideologias imperialistas que predicavam a superioridade e o direito de dominação dos europeus e a superioridade e a naturalidade da subordinação e da exploração dos africanos.

Igualmente, no mesmo artigo „A dominação ideológica“, Teixeira afirma que as ideologias colonialistas podiam assumir a forma de doutrinas filantrópicas, pragmático-utilitaristas, racistas ou social-darwinistas. As ideologias filantrópicas justificavam a dominação como uma necessidade natural para promover a civilização, considerando a civilização europeia mais elevada do que africana. Os social-darwinistas transpunham para as relações humanas e sociais os princípios da luta pela sobrevivência das espécies e uma visão da dominação dos mais fracos pelos mais fortes como resultado natural das relações omnipresentes na natureza e na sociedade.

⁶Teixeira, Luiz Dario Ribeiro. “A África pré-colonial”. *Breve história da África*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007, p. 57-66.

Por consequência, as colónias eram estabelecidas por áreas conquistadas e organizadas conforme o direito de conquista; a população era administrada pelo império e a metrópole podia realizar estruturas territoriais como lhe apetecia.

O „Código do Indigenato“, formalmente imposto em 1928 pelo Ministério do Ultramar e abolido 33 anos depois, estabelecia a posição das pessoas, seus deveres e claro, as penalidades a que estavam submetidas caso descumprissem os regulamentos. O controle era feito por autoridades de Lisboa e por forças militares e policiais coloniais constituídas por oficiais europeus e tropas nativas.

3.2. Colonialismo e imperialismo colonial

Como já vimos, o colonialismo foi o resultado da concorrência económica e do expansionismo dos países europeus. Mas, parece importante incorporar como dimensão própria desses processos é apresentada por Hannah Arendt.⁷ Em „Imperialismo“ a autora identifica três aspetos fundamentais do „imperialismo colonial europeu“, na sua fase de 1884 a 1914, apresentando-os como prefigurações dos fenómenos totalitários do século XX (o nazismo e o stalinismo).

A novidade da argumentação de Arendt reside em afirmar que o „imperialismo colonial“ apresenta como traços fundamentais o expansionismo, a burocracia colonial e o racismo. Segundo a autora, a ideia central do imperialismo „contém uma esfera política traduzida por uma base ilimitada de poder cujo suporte é a força política presente na vocação para a dominação global.“⁸

Portanto, podemos concluir que as práticas políticas criaram e mantiveram relações sociais assimétricas por causa da hierarquia e da extrema desigualdade entre os europeus e os autóctones. Os atos dos primeiros foram justificados pela „superioridade da raça branca“ e os seus atos foram apresentados como uma certa glorificação da missão civilizatória em Angola. Essa noção de raça negra em Angola e por toda a África, considerada de segunda classe, mesmo que seja iniciada na modernidade, tem raízes histórico-estruturais no tráfico atlântico de escravos, elemento fundamental do sistema colonial do século XVI. Essa noção foi reforçada pelo imperialismo colonial do século XIX na África.

Foi fundamental o pressuposto que prevaleceu na época de que apenas os „ocidentais“ porque „mais aptos“ e „mais capazes“ podiam conceber e apresentar ideias sobre os

⁷Arendt, Hannah. „Imperialismo“. *Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 146-338. *apud* Hernandez (2008: 138).

⁸*Ibidem*, p. 146-187.

povos coloniais. Constituiu-se, assim, „uma identidade imaginada“ de uns e dos outros. Como argumentou Benedict Anderson no seu livro „Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo“, a identidade nacional é uma „comunidade imaginada“.

Igualmente, predominou o „culto da raça“, cuja paternidade é atribuída a Arthur de Gobineau (1816-1882) por suas considerações sobre a divisão da espécie humana em raças distintas e desiguais, dotadas de qualidades ou não e transmitidas hereditariamente. Aqui está um dos pontos centrais em que se apoia a argumentação do seu livro „Essai sur l'inégalité des races humaines“, do qual decorre a sua afirmação quanto à inaptidão da „variedade negra“ e das „tribos humanas a civilizar-se“.⁹

Esse pensamento foi politicamente incorporado e os países europeus utilizaram-no para justificar e atribuir legitimidade ao colonialismo na África.

Um historiador português reputado descreveu esse caráter paradoxal do comportamento português comum em Angola: „Plástico, humanitário e até mesmo convertido à civilização indígena, o colono português; mas, simultaneamente, devastador das populações negras por legitimidade mercantil.“¹⁰

É importante registar que, as políticas coloniais foram definidas como de assimilação porque ela tinha como objetivo converter e educar gradualmente o africano em europeu.

Por conseguinte, no ensino utilizava-se a língua da metrópole que, ao mesmo tempo, era a única língua oficial. Evidentemente, na ausência de um idioma comum em Angola, oficializava-se o do ex-colonizador, enquanto a massa camponesa, majoritariamente analfabeta, continuava a utilizar os diversos idiomas locais. As rivalidades entre os distintos grupos haviam sido estimuladas pelos portugueses como forma de dominação, e deixavam uma herança trágica, expressa no problema das minorias e do „tribalismo“,¹¹ além do antagonismo entre os assimilados à cultura europeia e os não assimilados.

⁹Gobineau, Arthur de. *Essai sur l'inégalité des races humaines*. Paris: 1853-1858. Reed. por Pierre Belfond, Paris: 1985. *apud* Hernandez (2008: 96).

¹⁰Delgado, Ralph. *História de Angola, 4 vols.* 1948-55. Lobito, p. 419. *apud* Wheeler (2011: 40)

¹¹*tribalismo (história)*. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2014. [Consult. 2014-04-19]. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$tribalismo-\(historia\)>](http://www.infopedia.pt/$tribalismo-(historia)>).

Igualmente, os costumes e os modos de vida pertenciam à „pátria“ europeia e não ao passado africano. Segundo Saraiva (1993),¹² a sociedade africana era dividida em „civilizados, assimilados e indígenas“.

Quanto aos „civilizados“, gozavam de igualdade de direitos políticos com os da metrópole europeia. Por sua vez, os „assimilados“, tinham um representante parlamentar e podiam conservar alguns dos usos e costumes próprio do seu estatuto.

Em contrapartida, os „indígenas“ foram obrigados a trabalhar por sobreviver, senão, seriam aplicados os castigos corporais. Por exemplo, em 1925 o relatório do sociólogo americano Edward Ross acusava as autoridades de Angola e de Moçambique de tratar os „autóctones“ quase como escravos, fragilizando, diante da comunidade internacional, as posições de Portugal na África. Ainda assim a publicação, em 1926, do „Estatuto Político, Cível e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique“ mantinha a natureza do regime de trabalho em curso.

Sete anos depois, o „Ato Colonial“, proposto por Salazar, consagrava o império português pela unidade e pela grandeza mas ao mesmo tempo limitava a autonomia dos governos coloniais na medida em que reforçava a fiscalização por parte do governo central e tornava evidente a disposição de obter o apoio da Igreja católica para reforçar o controle ideológico do Estado.

Em outras palavras, o „Ato Colonial“ foi um mecanismo para legalizar as relações antigas de dominação e subordinação estabelecidas entre a metrópole e as colónias. Também, os indígenas precisavam „evoluir“ para serem europeizados como pré-condição para conquistar os direitos de qualquer cidadão português.

Segundo Marques,¹³ por outro lado, havia um conjunto de condições para que o indígena fosse „elevado“ à categoria de assimilado, tais como: saber ler e escrever a língua portuguesa, possuir os meios necessários para a sua subsistência e a da sua família; ter bom comportamento que devia ser atestado pela autoridade administrativa da área em que residia; diferenciar-se pelos usos e costumes da sua raça e haver cumprido os deveres limitados. O fato de os „assimilados“ serem na maioria das vezes „ex-indígenas“, fazia que fossem tratados como cidadãos de segunda classe.

¹²Saraiva, José Hermano. *História de Portugal*. Lisboa: Alfa, 1993.

¹³Marques, A. H. de Oliveira. *História de Portugal desde os tempos mais antigos até a presidência do senhor General Eanes*. 3. ed. Lisboa: Palas, 1986, p. 524-525. *apud* Pélissier (2011: 124-145)

A revisão constitucional de 1951 trouxe alterações às principais disposições do Ato Colonial. A palavra „colónia“ ou „colonial“ desapareceram por completo cedendo lugar a „província ultramarina“ e a „ultramarino“. Igualmente, a designação „império“ foi gradativamente posta em desuso uma vez que os territórios ultramarinos passaram a ser considerados, junto com a metrópole, uma „nação una“.

3.3. Posição dos indígenas: trabalho forçado

Como já foi referido, as colónias eram consideradas um recurso importantíssimo para as crises económicas que surgem nos países europeus mas, mesmo assim, elas deveriam ser financeiramente autónomas.

Para fazer funcionar essa ideia, os portugueses colocaram em funcionamento o sistema colonial. Por exemplo, havia confisco de terras angolanas por parte dos portugueses e a cobrança dos impostos, as formas da escravidão e do trabalho forçado apareceram. Quanto a Portugal, negava que o trabalho fosse forçado mas sim obrigatório. A Grã-Bretanha foi, virtualmente, a única metrópole na qual, já em 1908, o trabalho forçado havia sido abolido.

No que se refere à questão do trabalho em Angola, haviam certas especificidades. Conforme vários historiadores, a posição de Portugal teve várias facetas. Ele tentou estabelecer uma subtil diferença entre o trabalho em culturas obrigatórias de produtos específicos para exportação, por conta própria ou alheia, durante seis meses por ano e para qualquer angolano adulto.

Por outro lado, havia o trabalho forçado. Outra forma de manutenção do trabalho forçado foi a migração forçada, cujo solicitante era o administrador colonial, eixo principal de um sistema de abastecimento de mão-de-obra para plantadores e empresários florestais. Um exemplo clássico são as migrações forçadas de Angola e Cabo Verde para São Tomé e Príncipe.

3.4. Estruturas de poder em Angola

No século XVI em que se estabeleceram em Angola, os Portugueses coexistiram com os reis africanos mas decidiram mudar a sua atitude e passar para a conquista militar. Porquê? David Birmingham¹⁴ sugere que a falta de qualidade e escassa quantidade dos tecidos portugueses usados no negócio dos escravos levaram os Portugueses a recorrer às armas para obter escravos.

¹⁴Birmingham, David. *Trade and Conflict in Angola*. Oxford: Clarendon Press, 1966, p. 27 *apud* Wheeler (2011: 187).

A guerra envolvia dois processos: a conquista direta, comum na época e a coação de chefes africanos vassallos ou clientes dos Portugueses, para que lhe vendessem escravos a preços vantajosos. Como afirma Boahen (1985):

[...] não há colonização sem política indígena; não há política indígena sem comando territorial; não há comando territorial sem chefes indígenas que atuem como correias de transmissão entre a autoridade colonial e a população.¹⁵

Consequentemente, é possível apresentar as duas estruturas de poder que era possível encontrar em Angola em todas as épocas. Essa teoria é apoiada por vários autores (Birmingham, 1966; Saraiva, 1993; Hernandez, 2008).

A primeira, fortemente centralizada e hierarquizada em nome da unidade do império. Por outras palavras, instalando esse modelo de poder, Portugal procurava compensar a sua inferioridade demográfica e militar perante Grã-Bretanha e Alemanha.

A segunda apresenta o controle de território que deixa pequenos espaços de representação política de ser ocupados pelos angolanos.

4. Situação nas colónias portuguesas após a Segunda Guerra Mundial

Depois do golpe de Estado militar do 28 de maio de 1926, Portugal entrou num período de ditadura que se prolonga até ao 25 de abril de 1974. António de Oliveira Salazar (1889-1970), professor de Economia na Universidade de Coimbra, dirigiu os destinos da sua nação durante quarenta anos. Antes mesmo de chegar à frente da Presidência do Conselho (hoje governo), em julho de 1932, Salazar começou a constituir as instituições e a ideologia que seriam marca do „Estado Novo“. Autoritário, corporativista, nacionalista, o Estado Novo faz também do império português um dos seus dogmas essenciais. A política salazarista na África verifica-se em 1930 quando é declarado no Título I do Ato Colonial que „é da essência orgânica da nação portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendem“. ¹⁶ O artigo seguinte precisa que „os domínios ultramarinos de Portugal denominam-se colónias e constituem o Império Colonial Português“. Salazar vê no Ultramar a forma de proteger o comércio externo de Portugal.

¹⁵Boahen, Adu A. (Coord.) *História Geral da África. A África sob dominação colonial: 1880-1935*. São Paulo: Ática; Paris: Unesco, 1985. (História Geral da África, v. 7), p. 328, citado por Hernandez (2008: 194).

¹⁶Enders, Armelle. *Histoire de l'Afrique Lusophone*. Éditions Chandeigne, 1994. Traduzido por: Lemos, Mário. *História da África lusófona*. Inquérito, 1997. p.80

A instauração do *Estado Novo* (1933) consagrou o triunfo de um regime inspirado em boa parte pelas formas institucionais do fascismo e que rompia com toda a tradição de um século de Liberalismo em Portugal e fazia uma marcha atrás na lenta democratização do País. Polícia política, censura, propaganda, milícias armadas, etc.

Até aos anos 40, a África é concebida apenas como um fornecedor de matérias primas, pelo que lhe são interditas as atividades industriais.

É importante sublinhar que a Igreja católica é tida como um fator essencial na lusitanização dos territórios. O catecismo deve ser ensinado somente em português, por outras palavras, a instrução dos africanos é deixada às missões.

Mesmo assim, desde o fim da Segunda Guerra Mundial que as pressões externas (norte-americanas) exigem que o Portugal emancipe as suas colónias.

Em 1960, quando uma boa parte das colónias francesas e britânicas em África se torna independente, nada parece mexer no Portugal ultramarino. O ano de 1961 em Angola marca a entrada de Portugal num longo período de guerras coloniais.

5. A guerra colonial e o fim do império português

Todos os factos já mencionados (tribalismo, racismo, trabalho forçado, ditadura, etc.) contribuíram para a criação de condições históricas que criaram as condições para o clima social e político em Angola em 1961.

5.1. *Despertar do movimento anticolonial*

Parece importante sublinhar que existiam muitas facetas da diversidade e percursos dos adeptos da emancipação nacional porque a combate à ditadura teve múltiplas frentes, entre outras a estudantil, a sindical, a política e a militar.

„O redespertar étnico, a missionação protestante ou a emigração para países vizinhos e, sobretudo, a vaga das independências no Norte do continente africano, foram os grandes viveiros dos movimentos nacionalistas das colónias portuguesas.,,

Pinto (1994: 65)

Segundo Pinto, foi dentro dos poucos africanos que vieram estudar em Portugal que nasceram alguns dos futuros dirigentes dos movimentos de libertação, caso dos cabo-verdianos Amílcar Cabral e Vasco Cabral, dos angolanos Agostinho Neto e Lúcio Lara, ou do moçambicano Marcelino dos Santos, entre muitos outros.

As Casas dos Estudantes do Império são os lugares de encontro dos jovens provenientes da África lusófona. Estes simpatizam com a resistência antissalazarista embora a PIDE, a temível polícia política do Estado Novo, caçasse indistintamente todos que são contra o regime. Em paralelo com a luta política ao lado dos estudantes metropolitanos, os estudantes africanos reagrupam-se para defenderem a sua identidade africana e não portuguesa. É importante o impacto que provoca a Antologia de poesia negro-africana, organizada por Léopold Sédar Senghor, bem como a revista parisiense *Présence Africaine*. Mário de Andrade, juntamente com Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Marcelino dos Santos e Francisco José Tenreiro funda o Centro de Estudos Africanos na capital portuguesa.

Por consequência, a Casa dos Estudantes do Império (CEI), fundada em 1944, para acomodar e unir os estudantes universitários provenientes das colónias, acabou por ter um papel importantíssimo porque servia de plataforma associativa e cultural próxima do movimento estudantil antissalazarista. A partir dos meados dos anos cinquenta, inicia-se um ciclo de criação de partidos e movimentos anticolonialistas. Agostinho Neto organizou em Lisboa o Movimento Democrático das Colónias Portuguesas para coordenar a luta clandestina contra a política colonial. Observa-se que, por essa Casa passaram vários estudantes que mais tarde, aderiram aos movimentos de libertação. Igualmente, ela desempenhou um importante papel de aglutinador cultural porque nela colaboraram Amílcar Cabral, Agostinho Neto e Mário de Andrade até ser encerrada pelo governo português em 1965 (Lara, 1997: 15-16). No contexto de Casa dos Estudantes do Império, é importante mencionar o movimento chamado „negritude“.

Segundo a definição de Teixeira,¹⁷ a negritude é um movimento cultural e literário com fortes implicações ideológicas e políticas que surgiu entre os descendentes de escravos das Antilhas francesas e espalhou-se por todo continente africano. Primeiramente, está ligado à restauração da dignidade do homem negro e à manutenção das estruturas e da cultura pré-moderna da África negra de forma intocada.

É preciso entender a negritude como uma reação cultural ao escravismo e à dominação colonial em geral.

¹⁷Visentini, Paulo; Teixeira, Luiz Dario Ribeiro; Pereira Analúcia Danilevicz. *Breve história da África*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007., p. 60.

5.2. *Fundação dos movimentos independentistas*

Como já foi mencionado, Portugal, por sua incapacidade estrutural, entre outras razões, recusou-se a conceder direitos políticos aos nativos ou mesmo a conceder autonomia ou independência a Angola e Moçambique (onde havia um grande número de colonos europeus).

Para dar uma satisfação às pressões internacionais, o regime salazarista introduziu o conceito político e jurídico de *Territórios Ultramarinos de Portugal*, como forma de mascarar as ligações coloniais, o que não foi reconhecido pela comunidade internacional.

Em Angola, várias organizações iniciaram a guerra contra os portugueses. Esses grupos aglutinaram-se progressivamente em três movimentos, a Frente Nacional de Libertação (FNLA, chefiada por Holden Roberto), o Movimento Popular para Libertação de Angola (MPLA, liderada por Agostinho Neto) e, mais tarde, a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA, comandada por Jonas Savimbi). A FNLA e a UNITA eram correntes moderadas e pró-ocidentais de base étnica do norte (bacongos) e do sul (lunda, ambó e nganguela), respetivamente, e o MPLA de tendência marxista, de base urbana e interétnica, mas com predominância dos quimbundos e ovimbundos, da região central e litoral. A FNLA era apoiada por Zaire (Holden Roberto era cunhado de Mobuto), EUA e China, a segunda por África do Sul e discretamente, pelo sistema de informações português, enquanto o terceiro movimento tinha um suporte soviético e cubano. Durante o desenvolvimento da luta armada, houve várias crises no relacionamento dos três grupos mas isso vai ser elaborado mais tarde nesse trabalho.

5.2.1. *Movimento Popular para Libertação de Angola*

Quanto à base de apoio do MPLA, foi, na sua maior parte, constituída por operários de Luanda e das outras cidades em expansão, mais ao sul, como Benguela e Huambo, contando com o significativo apoio dos quimbundos. Editaram a revista *Cultura* e o seu importante papel foi percebido pelo governo português que nesse mesmo ano, 1957, enviou para Angola a Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) iniciando assim uma verdadeira escalada de repressão. Em 1959 a PIDE prendeu e levou ao tribunal 57 pessoas do MPLA. Foi o famoso „Processo dos 50“. Contudo, nem por isso o MPLA desistiu e passou fortalecer as relações com o PAICG e outros partidos políticos provenientes de países como Gana e Guiné-Conacri e de países socialistas como a URSS e a Jugoslávia.

5.2.2. *União Nacional para a Independência Total de Angola*

Anos depois, após a cisão na Frente, surgiu, em 1966, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), apoiada sobretudo pelos ovimbundos e liderada por Jonas Savimbi.

5.2.3. *Frente Nacional de Libertação de Angola*

No que se refere a UPA (União das Populações ao Norte de Angola), estava ligada aos emigrantes angolanos sediados então Congo Belga. Eram operários e na sua maior parte unidos por associações semi-secretas de raiz bacongo. Em 1954 fundaram a UPA, liderada por Holden Roberto e, mais tarde, passou a chamar-se Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA).

É importante mencionar que este foi um movimento de bacongos que ansiavam por conquistar a autonomia do seu próprio território, projeto reforçado pelas missões religiosas britânicas e norte-americanas com o objetivo de restaurar o „reino“ do Congo. Holden Roberto tinha um papel pan-angolano em que se faziam presentes as ideias sobre o emprego da violência, de Frantz Fanon (1979):

„A violência que presidiu ao arranjo do mundo colonial, que ritmou incansavelmente a destruição das formas sociais indígenas, que arrasou completamente os sistemas de referências da economia, os modos de aparência e do vestuário, será reivindicada e assumida pelo colonizado no momento em que, decidindo ser a história em atos, a massa colonizada se engolfar nas cidades interditas. Fazer explodir o mundo colonial é doravante uma imagem de ação muito clara, muito compreensível e que pode ser retomada por cada um dos indivíduos que constituem o povo colonizado. Desmanchar o mundo colonial não significa que depois da abolição das fronteiras se vão abrir vias de passagem entre as duas zonas. Destruir o mundo colonial é, nem a mais nem menos, abolir uma zona , enterrá-la profundamente no solo ou expulsá-la do território.“¹⁸

5.3. ***Movimentos de libertação e início da luta armada***

A guerra estava anunciada e o próprio Salazar já se referia a ela em 1959, reconhecendo que „o certo é que vamos ter uma guerra no ultramar e será uma guerra de guerrilha“ (Abreu, 1994:177; *apud* Pinto, 1994: 72).

A UPA (União dos Povos de Angola), dirigida por Holden Roberto, foi a principal fonte das hostilidades militares contra o colonialismo português. Baseada na etnia dos

¹⁸Fanon, Frantz. *Os condenados da terra*, 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. *apud* Hernandez (2008:30).

bacongos espalhados por dois lados da fronteira com o Congo Belga, a União dos Povos do Norte de Angola (UPNA) foi fundada em 1957. O fundador da organização foi Barros Necaca tendo como o adjunto o seu sobrinho Holden Roberto. Foi ele que iniciou os contactos internacionais do movimento que entretanto começava a perder o „Norte“ na sigla e a começar a ser mais „angolano“. Segundo Pinto (1994: 70), Roberto contactou com as Nações Unidas e os EUA, mais tarde reconvertidos em apoio político e militar. A mitologia nacionalista angolana tem várias datas para marcar o início da revolta independentista. Por exemplo, Pinto (1994: 70) diz que o ataque à cadeia de Luanda a quatro de fevereiro de 1961 feito pelo MPLA, foi a data decisiva e hoje comemora o dia como data oficial do início da luta armada.

De outro lado, segundo historiadores como René Pélissier e Douglas Wheeler (2011: 346), o início da revolta deu-se inegavelmente na área étnica e de ação da UPA, no Norte de Angola, sendo coroada com uma data oficial: 15 de março do mesmo ano, quando foram atacadas várias fazendas e postos administrativos portugueses.

A nível internacional, data de 15 de março de 1961 marcou o início do conflito angolano.

Os acontecimentos de Angola tiveram uma grande repercussão internacional porque a resistência portuguesa e a sua resposta militar marcou a transição de alguns movimentos nacionalistas de exilados para a organização da ação armada. Um dos primeiros a sofrer as dificuldades de desencadear a sua luta armada contra Portugal foi o MPLA. Implantado no exílio, só em outubro de 1961 é que o MPLA foi autorizado a abrir sede em Kinshasa ao mesmo tempo que lançava apelos internacionais para a libertação de Agostinho Neto. Porém, muitas ações do MPLA foram bloqueadas de forma violenta pela UPA, com o apoio das autoridades congoleesas.

Segundo Pinto (1994: 70), durante o ano de 1962, a UPA cresceu em adesões individuais de outros grupos étnicos embora a sua base seja a etnia bacongo. Um dos que aderiu foi Jonas Savimbi, um ovimbundo bolsheiro de organizações protestantes em Lisboa, que se exilou na Suíça. Savimbi foi uma figura muito importante no momento em que a UPA se transformou na Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) em março de 1962. Pinto relata que com a fuga de Agostinho Neto para Léopoldville, considerada como a primeira crise séria do MPLA, falharam todas as tentativas de compromisso com a FNLA. Assim sendo, por pressões de FNLA foi que o MPLA foi expulso do Congo e conseguiria abrir uma frente em Cabinda.

Paralelamente, estouravam rebeliões provocadas pelas queixas económicas dos trabalhadores agrícolas. Destas, a principal foi a de Baixa de Cassanje, de 1960 a 1961, que contestava as condições de trabalho próprias do domínio colonial desafiando

o cultivo obrigatório do algodão implantado havia mais de trinta anos. Foi qualificada por um funcionário do Ministério do Ultramar como „a primeira ação subversiva em longa escala processada no Ultramar nos últimos quarenta anos“. ¹⁹ Essa, assim como outras rebeliões, foi da maior importância porque não só se somou às agitações do MPLA e da UPA, como também levou ao aumento das fileiras de ambos os movimentos acolhendo assim grande número de trabalhadores agrícolas que fugiram da ofensiva portuguesa.

Por outro lado, as independências na África, em 1960, também sinalizaram aos militantes angolanos a necessidade de radicalização do movimento porque o Estado português mostrava-se desinteressado pelo diálogo e pela negociação.

Em 1961, desde o fim de janeiro que as tropas portuguesas reprimem com dureza as rebeliões que fazem tremer a região algodoeira da Baixa de Cassanje onde os cultivadores forçados da Cotonang protestavam contra a companhia. Um expressivo ataque foi planejado para 4 de fevereiro e desencadeado pelo MPLA e essa ação alcançou um grande destaque no noticiário internacional, sensibilizando, pela propaganda, os países do mundo inteiro contra a política portuguesa nos seus „territórios ultramarinos“. Nos dias 5 e 6 de fevereiro foram mortos em Angola entre 200 e 300 colonos portugueses, o que levou as autoridades colonialistas a matarem em Luanda cerca de 3.000 pessoas, criando um clima hostil e inseguro. Além da rebelião do Norte, os guerrilheiros do movimento do Agostinho Neto mantêm durante seis meses o território do Nambuagongo liberto do domínio colonial. Nesse mesmo ano, já em outubro, a sede do MPLA estabelece-se em Léopoldville e, no dia 8, o Governador Geral de Angola declara no comunicado oficial: „A guerra de Angola acabou.“ (RAMOS, 1979: 386). ²⁰ Ela, na verdade, estava apenas a começar.

A 15 e 16 de março, os distritos do Zaire e do Uíge (em pleno território do Congo), bem como os Dembos (distritos de Luanda e de Cuanza Norte, em território Mbundo) são objetos de ataques sangrentos e violentos, organizados pela UPA, os quais fazem numerosas vítimas entre os brancos e os seus protegidos. Como não havia tropas regulares suficientes, os colonos assumiram a direção da repressão e das vinganças.

¹⁹Morais, Martins. “Apontamento número 34. Incidentes da Baixa de Cassanje”, p. 32, ANTT, AOS/CO/UL-39, p.9. In: FREUDENTHAL, Aida. “A Baixa de Cassanje: algodão e revolta”. Revista Internacional de Estudos Africanos, n. 18-22. Lisboa: Jill R. Dias, 1995-1999., p.250. *apud* Hernandez (2008: 236).

²⁰http://www.uff.br/revistaabril/revista-07/004_maria%20geralda%20de%20miranda.pdf. consult. 4 de maio de 2014.

A 27 de abril de 1961 a „cerimónia“ de fuzilamento com mutilação de cadáveres começou às 10h30, poucas semanas após o início da guerra em Angola, na sanzala Mihinjo, a cerca de 20 quilómetros de Luanda.

É descrita por 11 pontos, sendo o primeiro uma explicação muito incompleta dada ao povo pelo soba, o chefe tribal, para a presença de um pelotão de execução português. Catorze dias antes desta cerimónia, a 13 de abril, António de Oliveira Salazar, presidente do Conselho, profere o célebre discurso de „andar rapidamente e em força“ para Angola, onde formalmente é anunciada a intenção de fazer a guerra de África. Perante esta recusa de conceder a independência a Angola, justificada pela invocação de direitos históricos, tentou-se amenizar a situação pelo alargamento da autonomia das colónias, pela promoção de políticas de convívio racial e pelo início de uma política reformista encetada por Adriano Moreira, que rapidamente foi abandonada. Com efeito, o regime salazarista fixa a sua posição da qual não se afastará até a queda de Marcello Caetano, em 25 de abril de 1974. Esta posição traduz-se na recusa de qualquer negócios e na luta até à morte contra qualquer movimento considerado subversivo porque, como explica Enders (1994: 342):

„...a vocação imperial não garante apenas a Portugal o seu lugar no mundo , ela é a sua razão de ser histórica. Em nome, e por causa, das suas concepções, Portugal empenha-se em catorze anos de guerra.“²¹

A descrição dos todos os acontecimentos é publicada na íntegra e é revelada no livro “O Império Colonial em Questão (sécs. XIX-XX)”, que acaba de ser lançado (Edições 70), na autoria do historiador António Araújo.

Pela sua violência e pelos milhares de mortos que resultam, estes acontecimentos fazem desaparecer a ideia de uma evolução pacífica e instalam Angola na guerra. Aliás, a intransigência do governo português só fez crescer a pressão de opinião pública internacional.

Como já vimos, os massacres marcaram o início da guerra em Angola. Os relatos de uma sublevação de cariz tribal dão conta de barbaridades indescritíveis. A revolta bacongo poupava nem negros de outras origens nem brancos. Milhares de pessoas morreram de maneira brutal e inumana. Unidos de „catanas e armas de fogo rudimentares“, revoltosos „assaltam povoações e fazendas“, em regiões de acesso difícil. Sto. António do Zaire, S. Salvador do Congo e Maquela do Zombo, próximo da fronteira com o ex-Congo belga, mas também Ambrizete, Negaje, Mucaba, Sanza-

²¹Enders, Armelle. *Histoire de l'Afrique Lusophone*. Éditions Chandeigne, 1994., traduzido por: Lemos, Mário. *História da África lusófona*. Inquérito, 1997, p. 97.

Pombo são alvo de ataques. „Toda a baixa do Cassanje está em alvoroço“ e os assaltantes estão às portas de Carmona. „São claros para as autoridades os propósitos de implantar o terror“,²² escreveu Franco Nogueira, o diplomata que, em maio seguinte, se tornaria ministro dos Negócios Estrangeiros.

Como os colonos portugueses entraram na luta, a tropa portuguesa foi chamada a intervir. A 7 de outubro de 1961, terminaram as operações militares, substituídas pelas ações policiais, enquanto a guerrilha mudava de estratégia. Estruturava-se então a FNLA e o MPLA ganhava a força.

Em 1963, dois anos após a revolta no Norte, a situação em Angola estava militarmente controlada visto que as forças armadas portuguesas se reorganizaram para a contra-guerrilha.

Até 1964, a UPA é o único movimento independentista capaz de lutar contra o regime. Ela abastece-se no Congo-Léopoldville independente, realiza invasões em terra angolana e perde-se na floresta dos Dembos. Holden Roberto, que tem o apoio dos Estados Unidos, consegue fazer-se reconhecer, em 1961, como chefe do Governo da República de Angola no Exílio (GRAE) em Léopoldville. Pouco depois, a UPA transforma-se na Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA).

Foi nesta perspetiva que a profunda divisão entre as diversas facções independentistas jogou a favor dos Portugueses. No caso de Angola, alguns autores chegaram mesmo a pôr em causa a ideia de „uma luta nacional“ de libertação, de tal forma a conflitualidade entre os movimentos pró-independentistas era por vezes superior à luta efetiva contra o colonialismo português (Birmingham, 1995; Macqueen, 1997; apud Pinto, 1994: 80). A história política e militar dos movimentos de libertação angolanos entre 1963 e 1974 é composta de lutas entre vários grupos com uma extrema violência. Durante os primeiros anos de guerra, a FNLA tentou bloquear ao MPLA o acesso a Angola executando os seus guerrilheiros sem piedade e é por isso que este permaneceu quase reduzido a uma pequena frente em Cabinda.

Entre 1962 e 1966, a FNLA foi militarmente dominante entre os grupos independentistas angolanos. Mesmo assim, o tribalismo foi uma marca estruturante da FNLA e da gestão de Holden Roberto, provocando múltiplas dissensões internas,

²²<http://www.publico.pt/sociedade/noticia/angola-1961-o-terror-macico-e-cru-1484923>. consult. 5 de maio de 2014

mesmo no interior da comunidade bacongo e uma incapacidade de alargamento a outros grupos étnicos.

Como aponta Pinto, a este fator étnico juntava-se uma gestão autocrática, uma total ineficácia na formação de quadros e uma corrupção no interior do movimento. Alguns observadores da época (Wheeler e Pélissier, 1971) notaram que, apesar do apoio militar significativo com a base de treino de Kinkuzo, apoiada pelo Congo, nenhuma nova frente foi aberta pelo movimento de Holden Roberto, entre 1963 e 1966. Em 1964, o GRAE de Roberto sofreu uma crise interna importante com a saída de Savimbi e a hostilidade de Tshombé no Congo, de que só a instalação de Mobutu no poder o salvou, permitindo-lhe a eliminação dos seus oponentes, mas reforçando também o seu carácter dependente. O apoio americano era escasso por causa da guerra no Vietname. No mesmo ano começaram a surgir conflitos internos na FNLA e alguns tiveram dimensão militar com as tropas congolosas a intervir nos campos de treino, ao mesmo tempo que se consolidou a rutura entre Roberto e Jonas Savimbi e esse último abandonou o movimento denunciando a impotência política do primeiro.

No dia 16 de dezembro de 1966, a ONU aprovou o Pacto Sobre os direitos Económicos, Sociais e Culturais e o Pacto Sobre os Direitos Civis e Políticos. O governo português, no entanto, continuo a sublinhar a sua missão civilizadora. Na linha do pensamento de muitos historiadores, os portugueses continuavam a evocar a „memória ancestral“ de heroicos descobridores que, por um impulso sagrado, levaram às diversas partes do mundo o domínio português.

Nesse contexto, para os três principais movimentos de independência angolanos, a propaganda e a diplomacia passaram a ser tão importantes quanto a luta militar.

Consequentemente, o governo português promulgou a lei que pôs fim ao Código do Indigenato mas mesmo assim, as atividades dos três movimentos não pararam. Nessa fase da luta o MPLA elaborou um programa que

[...] pleiteava não só a independência imediata e completa, a liquidação de todos os vestígios de relações colonialistas e imperialistas, mas sobretudo explicitava a ideia de frente de luta, com a pretensão de agregar diferentes forças políticas que tivessem como objetivo primeiro a independência angolana. Destaca-se também, até como reforço dessa proposta aglutinadora, a advertência quanto à necessidade de não se fazer distinção étnica, de classe, sexo, idade, tendência política, crença religiosa e convicção filosófica, tanto no que diz respeito à unificação da luta independentista quanto no tocante à soberania do Estado angolano.²³

²³Bittencourt, Marcello. *Estamos juntos: o MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Niterói: UFF, 2002. P. 104. Tese de doutorada, *apud* Hernandez (2008:575).

O programa do MPLA visava a instalar em Angola um regime republicano, democrático e baseado no sufrágio universal. Além disso, tinha o propósito de realizar uma reforma agrária. Sendo assim, faz-se necessário acrescentar que, embora o MPLA fosse, em essência, um movimento de mestiços, não compreendia o caráter específico das culturas dos povos africanos e é por isso que não conquistou o apoio de vários grupos da população já que o seu discurso contrariava a ação deles. O MPLA conseguia finalmente o apoio da OUA, retomando o apoio soviético e começando também a ter o apoio militar cubano. Em 1965, Cuba enviou cerca de sete mil homens para a frente de combate e Conseqüentemente, o MPLA destacou-se, em particular, em Luanda mas mesmo assim, tinha uma grande divisão interna por causa dos quadros provenientes não apenas de Angola (crioulos vs. „novos assimilados“) mas também de outros países que apoiavam as ideias do MPLA. No geral, esse conjunto de elementos condicionou as rivalidades que dificultaram a união sob o comando do MPLA.

Após dois anos de reorganização e algum treino militar no China, Savimbi reapareceria em cena dois anos depois, com a UNITA atacando o caminho-de-ferro de Benguela, vital para as exportações da Zâmbia. Expulso desse país, começou a dirigir a UNITA a partir da zona fronteiriça.

Contrariamente ao MPLA, a UNITA, tal como a FNLA, recruta os seus quadros nos meios africanos que se mantiveram resistentes à assimilação. Inicialmente, a UNITA reconhece convicções revolucionárias e maoistas, implanta-se entre as populações ovimbundu e adota um discurso „étnico“.

O MPLA beneficia do auxílio de instrutores cubanos, a FNLA é abastecida em munição pela China.

Por outro lado, na África, Salazar aproxima-se dos brancos e de tudo o que possa enfraquecer os movimentos nacionalistas.

Também, quando falamos da luta pela emancipação colonial, não podemos não mencionar os três Congressos de Aveiro porque eles marcaram as iniciativas africanas que ambicionavam a resolução do problema colonial.

O I Congresso realizou-se nos dias 5 e 6 de outubro de 1957 durante o regime salazarista e tinha um papel importante para o republicanismo português porque augurava a ideia de aprovação do direito das colónias à independência e assim, reclamava as liberdades democráticas.

Todavia, o II Congresso, realizado entre 15 e 17 de maio de 1969, em plena „Primavera marcelista“ e no meio da crise académica de Coimbra, foi muito mais militante do que o primeiro e contou com a presença da nova esquerda na cena política que poderia

apresentar-se como alternativa a Marcello Caetano (Movimento de Ação Revolucionária, por exemplo). Exigiu-se um referendo sobre a política colonial e o fim das guerras em África mas infelizmente esta questão não foi mais aprofundada.

De 4 a 8 de abril de 1973, realizou-se o III Congresso mas noutra contexto político. No congresso participaram alguns militares e estudantes. Entre eles, ficou fixada a ideia de que, se as Forças Armadas retirassem o apoio ao regime, este cairia inevitavelmente. Claro, esta herança entroncava, assim, com o 25 de abril.

5.3.1. Impacto da guerra no sistema político e social português

O futuro do regime salazarista estava estreitamente ligado ao futuro da guerra colonial. Algumas análises contemporâneas do salazarismo chegaram a concluir que a guerra em África foi mistificada pelas elites políticas portuguesas e sendo assim, considerada como uma necessidade a instalar a paz nas colónias. Então, reconheceu-se uma dimensão simbólica deste „heroísmo combatente“. Com uma oposição semi-legal controlada e a maioria dela na clandestinidade e no estrangeiro, só no final dos anos sessenta é que a pressão anticolonialista se alargará no movimento estudantil e a alguns setores das classes médias, em crescimento com o acelerado processo de mudança social nesta década. Convém dizer que a oposição crescente à ditadura, potenciada pela guerra, culminou no 25 de abril de 1974.

Como já foi referido no parágrafo anterior, os estudantes foram um dos principais focos de disputas com o Estado e, além disso, quebraram o uniformismo nacionalista surgido por força da guerra nas colónias.

Já em 25 de novembro de 1961, a pretexto das comemorações, em Coimbra, do Dia do Estudante com membros das Universidades de Lisboa e Porto, realizou-se um jantar com mais de 200 pessoas que gritam palavras contra a guerra colonial. Obviamente, alguns deles foram detidos pela PIDE. No ano seguinte, desencadeou uma greve cujo final coincidiu com o início dos protestos nas Faculdades de Lisboa, após ter sido proibido o Dia do Estudante. As agitações emergiram novamente em 1965 quando a reação da PIDE foi brutal, como sempre. Em 1968, imitando os acontecimentos na França, houve outra crise que se estendeu às três universidades do País (Faculdade de Ciências de Lisboa, Instituto Superior Técnico e Universidade de Coimbra) e na qual cerca de 150 professores se solidarizaram com os alunos o que, finalmente, provocou a substituição do ministro da Educação e o encerramento da Universidade, a 6 de maio.

Como é conhecido, Portugal alimentou uma guerra colonial em três frentes. Segundo observações de muitos historiadores, a guerra colonial portuguesa foi ofuscada pela Guerra do Vietname e relativamente esquecida pela comunidade internacional.

Como apontam muitos historiadores, resistir seria a palavra de ordem do ditador que nunca abriu a porta a negociações e que tinha acabado de recusar qualquer liberalização do regime.

Para ilustrar o clima naquela época e a atitude de Salazar perante as forças internacionais, pode-se mencionar a situação que ocorreu nos meados dos anos sessenta. No início dos anos sessenta, sobretudo em Angola, as interferências dos dois Congos (Congo Brazzaville e Congo Kinshasa) potenciaram os conflitos entre MPLA e FNLA. Por outro lado, Portugal não deixou de aproveitar dessa situação. Segundo vários autores, devido ao facto de Portugal ser o membro da Aliança Atlântica, a ditadura portuguesa era estável porque assim esse pequeno país possuía um certo nível de segurança. Por exemplo, a Inglaterra, a França e a República Federal da Alemanha defenderam Portugal no seio da Aliança perante as crescentes críticas da política portuguesa na África vindas da Holanda, da Dinamarca e da Noruega.

Mas, um acontecimento mostrou que Portugal se assegurou e que queria continuar na mesma. Na primavera de 1965, o embaixador americano em Lisboa, aliás discreto admirador do regime (Newitt, 1981: 230), esboçou o último plano de iniciativa americana para pôr fim às hostilidades nas colónias portuguesas. Conhecido como o „Plano Anderson“, por ter sido elaborado pelo almirante do mesmo nome, este previa uma negociação entre africanos e portugueses sobre um período de transição para a autodeterminação e apoio económico exterior à África colonial portuguesa. Então, nenhum tema era novo e as negociações não avançaram muito. Este plano sugeria também um período de oito anos de transição e ele foi apresentado a Franco Nogueira quem o propôs a Salazar. O ditador respondeu que os nacionalismos africanos eram sérios e que poderiam dar lugar a Estados independentes e foi por isso que esse plano foi rejeitado por Portugal. Assim sendo, Portugal continuava em 1965, tão renitente a qualquer negociação como em 1961, repetindo a sua determinação em lutar pelas suas „províncias ultramarinas“.

Sendo assim, em todo o país haviam novas ondas de agitações; as greves dos pescadores, paragens nas fábricas de automóveis, etc. Em resumo, o povo começou a exprimir a sua opinião sobre o regime e todos esses acontecimentos resultaram da substituição do velho ditador por um outro.

Aos 79 anos, Salazar sofre um acidente ao cair de uma cadeira e é afastado do Governo. É substituído no cargo por Marcello Caetano, antigo ministro das Colónias (1944-47) e fervoroso ativista do „Estado Novo“ no dia 26 de setembro de 1968.

5.3.2. *Anos de Marcello Caetano: 1968-1974*

Em meados da década de sessenta os movimentos de libertação das colónias portuguesas estavam em processo de consolidação das suas frentes militares e de fixação dos seus apoios internacionais e é por isso que podemos observar que Marcello recebeu uma herança complicada: uma elevada emigração e graves problemas derivados da perseguição política e da guerra, que estava generalizada em Angola, Moçambique e, especialmente, na Guiné-Bissau, um conflito entre as perspetivas. A isso juntou-se, sobretudo, a ação persistente da oposição que, tanto nas Colónias como na Metrópole, contestava a legitimidade do regime.

Embora a situação fosse difícil, os observadores internacionais, que sistematicamente prenunciavam o colapso do sistema colonial português por impossibilidade de resistência e cujo número não era pequeno, começavam a reconhecer a tenacidade do Estado Novo (Gann, 1975: 1). A mais pobre das nações da Europa Ocidental estava a resistir no campo militar mas, segundo Mattoso, a integração na EFTA (European Free Trade Association) e a abertura ao investimento estrangeiro, quer da metrópole, quer das colónias, turismo e emigração de mão de obra para a Europa começaram discretamente a mudar o país.

Embora o clima no país começasse a mudar, continuava-se a falar, eufemisticamente, do „problema ultramarino“ mas quanto as colónias, Caetano só continuava a política salazarista. Com o passar dos anos, o endurecimento do Caetanismo tornou possível que as forças da oposição concertassem a sua unidade de ação, como ficou evidente no último Congresso Democrático de Aveiro. Por sua vez, Mário Soares, a 19 de abril de 1973, após ser eleito secretário-geral do PS (Partido Socialista) anunciou a unidade tática com o PCP (Partido Comunista Português). Segundo Cervelló, ambas as formações subscreveram um comunicado no qual apontavam a necessidade de liquidar a ditadura, acabar com a guerra colonial e negociar a independência completa e imediata dos povos das colónias. Esse acordo permitiu enterrar o mito colonial republicano. Desde os primeiros momentos é óbvia a inter-relação entre o clima (político, económico, social) em Portugal e a guerra colonial em Angola.

Como já foi explicado, Caetano propunha a evolução do país para um federalismo prudente, em 1962, mas quando chegou ao poder nenhuma mudança foi feita na frente colonial, optando-se assim pela continuidade da guerra, quer no discurso político, quer no empenho estratégico que foi reafirmado pela sua viagem às colónias realizado em

1969. Em 1970, Portugal despendia 45% do orçamento em defesa e segurança. Naquela época, só Israel e os dois Vietnãs tinham mais militares do que Portugal, falando em percentagem perante o total da população.

A vitória de Richard Nixon nas eleições presidenciais, em finais de 1968, foi bem vista por Lisboa. Uma medida tomada imediatamente pela nova administração norte-americana foi a de ordenar o encerramento de todos os contactos com os movimentos de libertação (Schneidman, 1987: 279). A chegada de Nixon ao poder foi ainda mais benéfica para Portugal. A situação melhorou porque o fornecimento de aviões de transporte, helicópteros e outro material foi desbloqueado.

Apesar dos pedidos portugueses, a NATO nunca autorizou a utilização de material em África e não apoiou política e publicamente a guerra colonial portuguesa. Então, pode-se concluir que se tratava de um jogo duplo.

Caetano defende até ao fim o dogma das províncias ultramarinas como parte integrante de Portugal e declara-se favorável a uma certa descentralização administrativa. Por fim, aposta no crescimento económico do Ultramar com o apoio dos investimentos estrangeiros.

Em 1974, o general Spínola acaba por exprimir os seus numerosos desacordos com a política de Marcello Caetano no livro „Portugal e o Futuro” onde se pronuncia pelo reconhecimento do direito a uma forma de autodeterminação para os africanos e para a definição de um quadro federal que preservasse os laços entre Portugal e a África lusófona. Todavia, ele nunca escreveu „independência”.

5.3.2.1. DINÂMICA DA GUERRA: O PROBLEMA DO RECRUTAMENTO E DA AFRICANIZAÇÃO

Como já foi mencionado, Portugal conheceu, nos anos sessenta, uma das maiores mobilizações militares da sua população. Em percentagem, esse pequeno país mobilizou cerca de 1% da sua população para a guerra. Um dos problemas que os Portugueses encontraram foi o do recrutamento.

Devido às limitações óbvias, Portugal passou a *africanizar* os combatentes portugueses (Wheeler: 2011, 239). Era este o caso, por exemplo, de forças militares com histórias particulares, como as de Alexandre Taty, um ex-dirigente da FNLA que se separou de Holden Roberto e passou para o lado português. Tropas especiais de comandos africanos foram também formadas nos três palcos de guerra, mas os mais controversos dos destacamentos africanos foram os *Flechas*, criados pela PIDE, nos finais dos anos sessenta. A experiência começou em Angola com a mobilização de Bosquímanos para ações de informação, expandindo-se mais tarde a Moçambique.

5.3.2.2. ALDEAMENTOS ESTRATÉGICOS

Um impacto imediato para a população angolana foi a sua deslocação forçada para as outras regiões porque as Forças Armadas Portuguesas queriam isolar as guerrilhas. Em Angola, esses aldeamentos estratégicos começaram logo em 1961, no Norte que conheceu enormes vagas de refugiados atravessando a fronteira. Em 1964, cerca de 300 000 mil angolanos já viviam em 150 dessas „aldeias protegidas“ (Waals, 1993: 120; *apud* Pinto, 1994: 79).

5.3.2.3. MUDANÇA ECONÓMICA

Na época de guerras coloniais, Portugal foi o país mais pobre do Ocidente europeu. Algumas das teorias em voga nos anos sessenta e setenta apresentaram a guerra colonial como única alternativa para defender o império português. Uma outra questão é a de saber se a guerra constituiu um fator decisivo em termos de subdesenvolvimento económico, pois os seus custos tiveram efeitos ambíguos na economia portuguesa. Mesmo que possa parecer irónico, uma consequência da guerra foi a emergência de uma vaga real de crescimento económico em Angola e em Moçambique. Angola representou o exemplo mais paradigmático deste movimento de crescimento económico durante os anos sessenta. Menos tocada pela guerra e alvo de maior investimento metropolitano e internacional, a economia angolana cresceu 7,8% por ano entre 1960 e 1973, adquirindo rapidamente a terceira posição no rendimento *per capita* em África (Waals, 1993: 216, *apud* Pinto, 1994: 75).

6. Transição para a democracia e a descolonização

Por causa de ser membro de Aliança Atlântica, Portugal respondeu imediatamente à revolta de Angola em 1961 e enviou as tropas e o armamento que estavam incluídas nas divisões da NATO. A Aliança autorizou a ação em Angola no seu encontro de Oslo em maio de 1961, como aliás tinha feito a De Gaulle para a Guerra da Argélia, mas Kennedy instruiu Dean Rusk (ministro das relações internacionais) para cessar toda a assistência militar americana para as divisões NATO portuguesas.

Também, o presidente americano exigiu o regresso ao continente do material enviado. Alguns anos depois, foi anunciado um „completo embargo de armas“ mas mesmo assim, Portugal teve consequências práticas menores (Schneidman, 1987: 78-81). Esse endurecimento norte-americano não durava por muito tempo porque hoje sabemos que na realidade, entre 1963 e 1968, Salazar recebeu 33 milhões de dólares de ajuda militar norte-americana (*idem*: 102).

Em 1969, o Governo norte-americano opta por auxiliar os Portugueses a vencerem os movimentos nacionalistas marxistas com os métodos experimentados no Vietname. Por exemplo, os portugueses estabelecem „aldeias estratégicas“, os aldeamentos, destinados a reagrupar as populações de forma a poderem ser vigiadas e controladas pelos militares. Esta inflexão da política norte-americana coincide cronologicamente com a substituição de Salazar por Marcello Caetano.

Numa resolução aprovada a 14 de novembro, a Assembleia Geral da ONU reconhece a legitimidade da luta armada em África contra Portugal. „Os movimentos de libertação nacional de Angola, da Guiné-Bissau e Cabo Verde e de Moçambique são os representantes autênticos das verdadeiras aspirações dos povos destes territórios“,²⁴ afirmava a Resolução. Portugal repudia a resolução. Países ocidentais, como a Alemanha Ocidental (RFA), continuam a apoiar Portugal, mas cresce a pressão de grupos de defesa dos direitos humanos. Os representantes dos movimentos nacionalistas das colónias portuguesas já tinham sido recebidos pelo Conselho de Segurança, em fevereiro, altura em que esteve reunido pela primeira vez em África.

6.1. Revolução dos Cravos em Portugal e consequências em Angola

[...] Prisioneiro dos seus próprios mitos, cego em relação aos nacionalismos africanos, cuja autenticidade nega, resta ao regime a via da resistência militar por tempo indefinido – via que conduz ao colapso de 1974.²⁵

(Alexandre 2000: 141-146)

Por mais difícil que seja vincular a história dos movimentos de independência com a política interna de Portugal, é preciso relacioná-los no contexto histórico dos anos 1970. Nesse sentido fica claro que o 25 de abril, em Portugal foi um dos elementos condicionantes para a mudança do curso dos acontecimentos deixando claro para os movimentos angolanos que a autodeterminação estava próxima.

A 25 de abril de 1974, o golpe de Estado conduzido pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), composto na sua maior parte por capitães que tinham participado na guerra colonial, depõe o regime do Estado Novo, a mais antiga ditadura europeia, no poder desde 1933. A população adere em massa ao golpe. O general António de

²⁴Visentini, Paulo; Teixeira, Luiz Dario Ribeiro; Pereira Analúcia Danilevicz. *Breve história da África. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.*, p. 114.

²⁵Alexandre, Valentim. *Velho Brasil/ novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 2000., p. 141-146. *apud* Pélissier (2011: 453).

Spínola preside à Junta de Salvação Nacional, a quem é entregue o poder político até à formação de um Governo Provisório Civil.

Democratizar, descolonizar e desenvolver, a famosa política de três D, são os objetivos principais do programa apresentado pelo MFA. A Revolução dos Cravos abriu, assim, caminho para a independência das então províncias ultramarinas.

Há dois problemas que impedem a conclusão da guerra. Em Angola, nem a FNLA, nem o MPLA, nem a UNITA podem pretender dominar os outros partidos e encarnar a vontade nacional angolana. Nem os políticos portugueses concordam e por isso, parece impossível instalar o bom andamento das negociações.

Para explicar melhor, a questão colonial esteve na origem do primeiro conflito entre Spínola e o MFA, durante o golpe militar. O programa do movimento previa o „claro reconhecimento do direito à autodeterminação“, mas Spínola conseguiu transformá-lo no „lançamento de uma política ultramarina que conduz à paz“ (Ferreira, 1994; *apud* Pinto, 1994: 88).

6.1.1. *Acordos do Alvor de janeiro de 1975*

Decorre de 10 a 15 de janeiro no Alvor, Algarve, uma cimeira para debater a independência de Angola. O Acordo de Alvor é assinado no dia 15 de janeiro entre o Governo português e os três principais movimentos de libertação angolanos: Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e estabelece os parâmetros para a partilha do poder na antiga colónia. Prevê-se nesses acordos que a transição seja assegurada por um governo quadripartido que incluirá também um Alto-Comissário Português. Seis meses depois dos acordos do Alvor, o MPLA expulsa a FNLA e a UNITA de Luanda e desencadeia as hostilidades contra os seus adversários. É neste contexto explosivo que os colonos deixam em massa o território. As esperanças depositadas no Acordo de Alvor, tendo em vista a transferência de soberania de Portugal para uma Angola independente, rapidamente se desvaneceram. MPLA, UNITA e FNLA digladiaram-se numa disputa pelo poder que fez esquecer a luta de libertação e tornou desajustada a celebração do acordo como momento fundador de uma nova nação. A independência foi consumada na data prevista, mas já num clima de guerra civil que viria a intensificar-se depois da saída de Portugal.

O momento tinha sido muito aguardado, mas o Acordo de Alvor desiludiu e foi vivido de forma atormentada pelos protagonistas dos dois lados. Não será pois de surpreender que sejam múltiplos e divergentes os olhares que sobre ele se encontram nos livros sobre a descolonização de Angola.

Em 11 de maio de 1975 um grupo de militantes do MPLA divulgou o „Apelo a todos os militantes e a todos os quadros do Movimento Popular de Libertação de Angola“ onde propunha a união do MPLA com os movimentos que quisessem somar esforços e formar uma Frente Unida com todos os nacionais, sem distinções. No entanto, esse movimento conhecido como „Revolta“ acabou por dar ensejo a mais um fracionamento do MPLA e aumentou a crise, mas não impediu a realização do Congresso de Lusaka, o primeiro congresso do MPLA, no qual Agostinho Neto contou com o apoio dos presidentes do Zaire, do Congo Brazzaville e da Tanzânia. Por sua vez, o congresso reuniu a grande maioria de quadros e defendia um acordo entre o MPLA e a FNLA para que se concretizasse uma frente comum.

Ainda assim, os movimentos de independência continuaram a atuar separadamente: o MPLA em Cabinda, a FNLA ao norte de Angola e a UNITA a leste. Além disso, cada um movimento assinou um cessar-fogo com os portugueses: a Unita em 14 de junho de 1974, a FNLA em 12 de outubro de 1974 e o MPLA em 21 de outubro de 1974. Do final de 1974 a novembro de 1975 teve lugar um governo de transição, também chamado de conciliação, segundo o Acordo de Alvor.

6.1.2. *Proclamação da independência*

Em 1975, no dia 11, em Luanda, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) proclama a independência da República Popular de Angola. Agostinho Neto assume a presidência do país. Portugal reconhece o Governo do MPLA. Em Nova Lisboa (a atual Huambo), a FNLA e a UNITA também proclamam a República Democrática de Angola, que a comunidade internacional nunca viria a reconhecer. Continua a guerra civil angolana: UNITA e FNLA lutam com o apoio da África do Sul contra o Governo do MPLA, que tem o apoio de soldados cubanos.

É uma das guerras mais sangrentas durante o período da Guerra Fria, que ficou marcado pelo conflito entre os EUA e os seus aliados ocidentais que apoiaram a UNITA e FNLA, e a União Soviética e os seu aliados, incluindo a Jugoslávia, que apoiaram o MPLA. Devido às riquezas naturais e potencialidades económicas de

Angola, o processo de descolonização deste território foi o mais longo entre todas as colónias portuguesas.

A primeira grande guerra de independência estava terminada. Mas a continuidade das divisões internas logo transformou-se em uma segunda guerra civil, disputada entre MPLA e UNITA que durou até o ano de 2002.

7. Conclusão

A luta de libertação nacional, iniciada em 1961, como diz Pélissier (2009: 19) foi „o resultado de uma longa série de guerras“, ocasionadas quase sempre pela resistência dos vários povos localizados no território denominado angolano contra os Portugueses.

Angola, sendo um variado mosaico de heterogeneidades constituído por diferentes grupos etnolinguísticos e o complexo processo pelo qual cada um foi incorporado ao sistema colonial dificultou o processo de unificação nacional tendo à frente os movimentos de independência. No momento em que se constituíram, os movimentos de libertação de Angola, permitiram identificar um entrelaçamento de diferentes planos, como o político e o económico, ou o político e o cultural, o que representa um desafio a identificar qual foi motivo predominou sobre os demais.

Na vasta bibliografia sobre o tema, uma visão domina, a de que, sob intensa pressão internacional, os três movimentos nacionalistas, mantinham a desconfiança e a hostilidade, sem qualquer intenção real de cumprir os acordos assinados.

Na verdade, a guerra angolana situa-se no meio da guerra fria. De um lado, a antiga União Soviética; de outro, os Estados Unidos. As forças internas também foram definidas por esses dois parâmetros ideológicos.

Por consequência, a luta pela independência e a libertação nacional na África foi o fator determinante do derrube da ditadura em Portugal porque as massas silenciosas e silenciadas de Portugal e da África decidiram exercer o seu direito a decidir o futuro do seu país.

Por tudo isto, os acontecimentos de 1975 representam, no plano histórico e social, desdobramentos dos fatos ocorridos. No plano histórico, os protagonistas da revolução eram movimentos urbanos; a luta armada, iniciada pela MPLA, era uma opção militar para resolver um problema político: a independência. As outras lutas tinham também, evidentemente, o seu carácter libertário, mas eram lutas isoladas, ou melhor, visavam libertar uma determinada região mas não a nação angolana.

Infelizmente, a história angolana não acaba com a proclamação de independência no dia 11 de novembro de 1975 e prolonga-se até o ano 2002 devido a uma profunda hostilidade que existia e que continua a existir entre os movimentos de libertação.

8. Bibliografia e sitografia

Enders, Armelle. *Histoire de l'Afrique Lusophone*. Éditions Chandeigne, 1994., tradução: Lemos, Mário. *História da África lusófona*. Inquérito, 1997.

Hernandez, Leila Maria Gonaçalves Leite. *A África na sala de aula, visita à história contemporânea*, 2.ed.rev. São Paulo: Selo Negro, 2008.

Iveković, Ivan. *Afrika u transformaciji: Antikolonijalna I socijalna revolucija u bivšim portugalskim kolonijama*. Zagreb: Centar CK SKH za idejno-teorijski rad „Vladimir Bakarić“ u suradnji sa ČGP DELO, OOUR GLOBUS, 1984.

Loff, Manuel et al. *Resistência: da Alternativa Republicana à Luta contra a Ditadura (1891-1974)*. Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010.

Mattoso, José. *História de Portugal - O Estado Novo - Vol. VII (1926 - 1974)*, Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

Newitt, Malyn. *Portugal in Africa: the last hundred years*. London: C. Hurst & CO., 1981.

Pinto, António C. *O Fim do Império Português. A Cena Internacional, a Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

Saraiva, José Hermano. *História Concisa de Portugal*. Lisboa: Europa – América, 1984.
Schneidman, Witney W. *Confronto em África, Washington e a Queda do Império Colonial Português*, Lisboa: Tribuna da História, 2005.

Visentini, Paulo G. Fagundes; Teixeira, Luiz Dario Ribeiro; Pereira Analúcia Danilevicz. *Breve história da África. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.*

Wheeler, Douglas; Pélissier, René. *História de Angola*. Lisboa: Tinta-da-china, 2011.

Sitografia

http://www.uff.br/revistaabril/revista-07/004_maria%20geralda%20de%20miranda.pdf

<http://www.publico.pt/cultura/noticia/relatorio-militar-revela-que-tropas-portuguesas-participaram-em-decapitacoes-1577624>

Intervenção Cubana em Angola. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2014.[Consult.2014-05-04].

Disponível na www: <URL:[http://www.infopedia.pt/\\$intervencao-cubana-em-angola](http://www.infopedia.pt/$intervencao-cubana-em-angola)>.